



# IGTNEWS

A Newsletter Oficial do Instituto Governança de Terras



NESTA EDIÇÃO

**8º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GOVERNANÇA DE TERRAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

**POLÍTICAS MACROECONÔMICAS E O SETOR AGROPECUÁRIO**

**UM PLANO DE 100 DIAS PARA O NOVO GOVERNO ELEITO**

## 8º Seminário Internacional de Governança de Terras e Desenvolvimento Econômico

ESCRITO POR DELAÍDE SILVA PASSOS

Nos próximos dias **29 e 30 de novembro**, o Instituto Governança de Terras realizará o **8º Seminário Internacional de Governança de Terras e Desenvolvimento Econômico (SIGTDE)**, no Instituto de Economia da Unicamp, em Campinas-SP. Após dois anos acontecendo de forma remota, em 2022, teremos um evento híbrido, em um esforço para juntar os principais stakeholders vinculados à agenda sobre o acesso e uso da terra no Brasil.

Em nosso 8º SIGTDE, procuraremos identificar realidades associadas ao tema, considerando o contexto político-institucional do momento, o qual pode alterar os rumos da regularização fundiária em nosso país. O seminário deste ano tem como objetivo pensar em propostas que possam contribuir para a governança fundiária a partir do debate sobre os avanços recentes nos seus diferentes instrumentos.

Para essa nova edição, teremos quatro mesas - Mesa I: Cadastro - Avanços Recentes; Mesa II: Aspectos legais: registro, direitos e deveres; Mesa III: Questão fundiária e desmatamento na Amazônia; e Mesa IV: Regularização Fundiária - Casos de Sucesso. As presentes mesas serão compostas por representantes do INCRA, da Receita Federal do Brasil, do IRIB, do ITERMAT, assim como de importantes universidades públicas do país, especialmente da UFPE, da UFPA e da Unicamp.

Ademais, este ano também teremos o retorno das apresentações de artigos, cujos resumos poderão ser enviados até o dia 4 de novembro.

Além disso, contaremos com a importante parceria da Kadaster International, a qual junto com o ITC-University of Twente, apresentará a iniciativa LALAN (Establishment of Latin America Land Administration Network), cujo objetivo é formar uma rede de instituições acadêmicas, que compartilharão conhecimentos e experiências referentes a uma administração de terras responsável. Neste sentido, buscar-se-á criar uma rede de ensino e pesquisa com profissionais vinculados à governança de terras latino-americana.

Nas palavras do presidente do IGT, Gabriel Siqueira Pansani, “com mais essa edição, esperamos consolidar o SIGTDE como um espaço para trocas de experiências entre especialistas da área, agentes públicos, privados, e do terceiro setor, que juntos buscam promover o desenvolvimento sustentável em nosso país, uma vez que os desafios da posse e da propriedade da terra estão cada vez mais presentes na discussão nacional e este é o único evento anual do Brasil destinado ao tema”.

Para saber maiores informações sobre o seminário, acesse nosso site [1] no qual você encontra detalhes sobre envio de artigos, inscrições, entre outras informações.



# Políticas macroeconômicas e o setor agropecuário

ESCRITO POR VITOR BUKVAR FERNANDES

A gestão macroeconômica de um país tem como finalidade atuar com seus instrumentos para garantir níveis ótimos em relação ao produto agregado, emprego, preços e um equilíbrio adequado nas transações externas (câmbio e balanço de pagamentos).

Para entender como estas afetam o setor agropecuário é necessário trazer as especificidades desse setor vis-à-vis outros setores, como de serviços ou industrial. Os produtos agropecuários são, em geral, mais homogêneos o que gera limitações para diferenciação. Além disso, a produção é dispersa em comparação com outros setores, e o alto número de produtores e a competitividade neste setor faz com que os produtores tenham capacidade limitada para influenciar o preço final do produto. Os preços do setor agropecuário também tendem a sofrer mais volatilidade, inclusive por serem mais sensíveis às variações climáticas. Além disso, o estoque de terras numa dada região está praticamente dado e no máximo o que se pode fazer é alterar seu uso ou aumentar a produtividade desse fator.

Partindo de um texto escrito por Felipe Serigati [1], é possível frisar algumas relações entre as variáveis macroeconômicas e o setor agropecuário. O crescimento da renda, representado pelo crescimento do PIB, gera aumento do poder de compra e aquece a demanda, entretanto, um aumento de 1% da renda nacional gera um aumento menor na demanda por produtos agrícolas do que por produtos industriais.



CANVAPRO



CANVAPRO

Outro efeito é que com o desenvolvimento da economia de um país, a atividade agropecuária tende a se tornar mais especializada para competir, utilizando melhores insumos e equipamentos advindos do setor industrial e necessitando de mais acesso a crédito, o que faz com que o setor agropecuário acabe se tornando mais dependente dos outros setores e diminuindo tendencialmente sua participação no PIB.

A política cambial é extremamente importante para o agronegócio exportador, definindo seus ganhos e também o custo de importação de insumos. Além do que, em alguns países como o Brasil, o setor agropecuário é quem mais contribui para o saldo da balança de transações correntes. A inflação de custos faz com que o rendimento da atividade agropecuária seja comprimido, dado que o setor tem dificuldades de repassar aos preços esse choque de custos. Por outro lado, uma inflação de demanda eleva os preços agrícolas, aumentando a margem do produtor no curto prazo.

Por fim, a política fiscal expansionista, ao estimular a economia, tende a afetar o crescimento da demanda pelos produtos agropecuários relativamente menos que produtos e serviços dos outros setores, como no caso do crescimento de renda. Entretanto, caso essa expansão provoque inflação, o setor agropecuário pode capturar ganhos de curto prazo. Outro argumento, que carece de comprovação por hora, é que os benefícios fiscais específicos ao setor agropecuário diminuem o preço dos alimentos e, conseqüentemente, uma parte da pressão inflacionária. Nesse caso, como o preço da maior parte dos produtos agropecuários é definido no mercado internacional e parte dos benefícios fiscais refletem em aumento do valor da terra, é possível que estes benefícios não necessariamente gerem alimentos mais baratos.

# Um plano de 100 dias para o novo governo eleito

**ESCRITO POR GABRIEL PANSANI SIQUEIRA**

Na semana passada foi lançado em evento no Estádio [1], o documento 100 primeiros dias de governo: propostas para uma agenda integrada das Amazônia, elaborado há muitas mãos, sob a coordenação do movimento “Uma Concertação pela Amazônia” [2]. Uma proposta voltada ao bioma que ocupa quase 60% do território nacional, e que traz ao Brasil a oportunidade de propor e exercitar um modelo inovador de desenvolvimento que o mundo todo busca. Foi com esse propósito que a publicação foi concebida, além de ser um primeiro passo para estreitar as relações com o novo governo eleito neste ano.

Por meio de um intenso processo de escuta junto a especialistas e com grande representatividade de atores locais, o documento apresenta um conjunto de propostas viáveis para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Este também foi elaborado com grande apoio jurídico, de forma que já possuísse aptidão para implementação já nos primeiros 100 dias do novo governo eleito, além de outras propostas para serem executadas ao longo do mandato. Esse foco e certa urgência se fez necessário pelo grande impacto recente que o desmatamento e o crime organizado causaram na região nos últimos anos, algo que exigiria uma pronta resposta efetiva do novo governo eleito, um sinal claro de que essas práticas ilegais não seriam mais toleradas por mais um mandato e que ações corretivas serão instaladas o mais rápido possível, como foi justificado ao longo da publicação.

Ao propor um novo modelo de desenvolvimento, capaz de gerar riquezas e renda com conservação ambiental, inclusão social, ampliação dos direitos civis e baixa emissão de carbono, o documento também propõe novos caminhos e não apenas reverter os problemas históricos que assolam o bioma. Novos modelos de desenvolvimento na região criam alternativas econômicas considerando as “diferentes Amazônias”, desde a floresta conservada, aquela que está sob pressão de desmatamento, a convertida em atividades produtivas, e a urbana. Cada uma com suas potencialidades e oportunidades de desenvolvimento, necessitam estratégias ajustadas a essas particularidades, caso contrário, correríamos o risco de cometer os mesmos erros do passado.

Nessa construção, foram realizadas 12 rodadas temáticas sobre assuntos estratégicos para a Amazônia, envolvendo 130 pessoas, além de diversos encontros entre os membros da rede, convidados e parceiros. Nós, do Instituto Governança de Terras, contribuimos de forma ativa e determinante proposições normativas voltadas ao ordenamento territorial e regularização fundiária (OTRF), mais especificamente, na construção de dois decretos presidenciais. O primeiro se propôs a criar Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração da Política Nacional de Governança de Terras e do Plano Nacional de Ordenamento Territorial, e o segundo a estabelecer comissão para estudar a viabilidade técnica, jurídica e operacional para integrar os cadastros imobiliários e fundiários.

Consideramos essas estratégias como cruciais para garantir o desenvolvimento sustentável do território amazônico, pois não podemos mais conviver com milhões de hectares de terras públicas não destinadas que são um alvo fácil para a grilagem e o desmatamento ilegal. Ao mesmo tempo, um sistema de cadastros integrados se faz essencial no combate a essas ilegalidades, no fortalecimento e monitoramento de cadeias produtivas no país. Essas medidas, além de claramente factíveis, seriam ações estruturantes que começariam no próximo governo, mas beneficiariam muitos outros que virão, fortalecendo a governança de terras e as instituições que mais precisam dessas ferramentas.

Por isso, convidamos a todos e todas para ler e compartilhar esse documento. A mobilização da sociedade civil se faz necessária antes, durante e após eleitos nossos representantes. Ter conhecimento das políticas públicas possíveis nos empodera para cobrar os candidatos eleitos sobre a sua atuação responsável na Amazônia e nos demais biomas do país. É chegada a hora de termos responsabilidade política e exercermos nossa cidadania para além do voto.



# REDAÇÃO



**INSTITUTO  
GOVERNANÇA  
DE TERRAS**

## Site

[www.governancadeterreas.com.br](http://www.governancadeterreas.com.br)  
[www.igterras.com.br](http://www.igterras.com.br)

## Instagram

@instgovterras

## Facebook

@governancadeterreas

## Youtube

Instituto Governança de Terras  
Grupo de Governança de Terras

## E-mail

[InstGovTerras@gmail.com](mailto:InstGovTerras@gmail.com)  
[seminariogtde@gmail.com](mailto:seminariogtde@gmail.com)

## Ficha Técnica

**Edição Geral:** Delaíde Silva  
Passos

**Diagramação:** Marina Lange

**Colaboradores:** Vitor Bukvar  
Fernandes e Gabriel Pansani  
Siqueira

### ***O que é o IGT?***

Buscamos a defesa dos direitos sociais relacionados à posse e à propriedade da terra, em condições de igualdade, por meio da proteção e garantias dadas pelo estado de direito. Estímulo ao desenvolvimento sustentável por meio da adequada Governança de Terras. Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

### ***O que é o IGT News?***

A IGTNews será o novo periódico do IGT, que surgiu com o objetivo de concretizar um veículo de comunicação para proporcionar uma leitura crítica dos eventos contemporâneos ligados às questões fundiárias do Brasil e no mundo.

### ***Contato***

Envie para [InstGovTerras@gmail.com](mailto:InstGovTerras@gmail.com) sua opinião sobre as reportagens: qual sua área temática favorita, reclamações, sugestões, etc.

Ajude-nos a desenvolver este novo meio de comunicação

Caso não deseje mais receber essa newsletter, basta responder a este e-mail com a palavra "REMOVER" no campo do assunto

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização do Instituto Governança de Terras. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do código penal.

# REFERÊNCIAS



**INSTITUTO  
GOVERNANÇA  
DE TERRAS**

## **8º Seminário Internacional de Governança de Terras e Desenvolvimento Econômico**

**1** - IGTerras. 8º Seminário Internacional de Governança de Terras e Desenvolvimento Econômico. Disponível em: <https://igterras.com.br/8o-sigtde-2022/>. Acesso em 31 de outubro de 2022.

## **Políticas macroeconômicas e o setor agropecuário**

**1** - SERIGATI, Felipe Cauê. A macroeconomia da agricultura. AgroANALYSIS, v. 33, n. 01, p. 15-16, 2013.

## **Um plano de 100 dias para o novo governo eleito**

**1** - SCHELLER. Preservação da Amazônia passa por inclusão política da região, defende documento. Estadão, 26 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/preservacao-da-amazonia-passa-por-inclusao-politica-da-regiao-defende-documento/>. Acesso em 31 de outubro de 2022.

**2** - A Concertação pela Amazônia. 100 primeiros dias de governo. Disponível em: [https://concertacaoamazonia.com.br/?gclid=CjwKCAjw2OiaBhBSEiwAh2ZSP2IKgsc6M-YZBmsi8eCK4ebz5yX8ntl64avrmt9-afSO\\_B-zVyFQWBoCIScQAvD\\_BwE](https://concertacaoamazonia.com.br/?gclid=CjwKCAjw2OiaBhBSEiwAh2ZSP2IKgsc6M-YZBmsi8eCK4ebz5yX8ntl64avrmt9-afSO_B-zVyFQWBoCIScQAvD_BwE). Acesso em 31 de outubro de 2022.